

Sérgio Silveira Banhos

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

As quotas de gênero para o financiamento de campanhas no Brasil

Prefácio

Luiz Edson Fachin

Área específica

DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL.

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES, PROFESSORES E
ADVOGADOS ELEITORALISTAS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10001779

Sérgio Silveira Banhos

A participação das **mulheres** na política

As quotas de gênero
para o financiamento de campanhas no Brasil

Prefácio

Ministro LUIZ EDSON FACHIN

FORUM

“Para afirmar direitos de gênero, coerente com suas atribuições de assegurar direitos fundamentais, atento à separação de poderes, o Supremo Tribunal Federal chancelou a quota projetada do financiamento de campanhas para a participação política das mulheres. Assim também o fez o Tribunal Superior Eleitoral, acolhendo uma perspectiva de superação de história exclusão das mulheres na democracia representativa, de um modo geral, e na democracia intrapartidária, de forma específica. Desse universo relevante e instigante, sorvendo as lições, controvérsias e vicissitudes do *leading case* de Valença do Piauí, ocupa-se com zelo a pesquisa e o contributo que aporta à comunidade jurídica o Ministro Sergio Banhos”.

Luiz Edson Fachin

Ministro do STF e do TSE

<p>PREFÁCIO – EM BUSCA DA IGUALDADE TRANSFORMADORA Luiz Edson Fachin..... 13</p>		
<p>APRESENTAÇÃO..... 21</p>		
1	NOTA DE INTRODUÇÃO	23
2	A SEPARAÇÃO DE PODERES NA CONTEMPORANEIDADE.....	27
3	DIREITOS FUNDAMENTAIS EM UM ESTADO CONSTITUCIONAL.....	33
4	O DEVIDO PROCESSO SUBSTANTIVO.....	39
5	AS NOVAS TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO	45
6	POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	49
7	EXISTE UMA CRISE NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA?	55
8	PARTIDOS POLÍTICOS E AUTONOMIA PARTIDÁRIA.	61
9	DEMOCRACIA INTRAPARTIDÁRIA.....	65
10	FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS.....	73
11	TRANSPARÊNCIA E <i>COMPLIANCE</i>	87
12	AS DECISÕES DO STF E DO TSE RELATIVAS À QUESTÃO DAS QUOTAS DE GÊNERO.....	99
13	QUOTAS DE GÊNERO: LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	103
14	PERSPECTIVA HISTÓRICA DA QUESTÃO NO BRASIL	107
15	A EFICÁCIA DA AÇÃO AFIRMATIVA DE QUOTAS DE GÊNERO.....	117

16	NA BUSCA DAS SANÇÕES APLICÁVEIS.....	121
17	O <i>LEADING CASE</i> : ANÁLISE DO JULGAMENTO DO PROCESSO DE VALENÇA DO PIAUÍ	125
	Litisconsórcio passivo necessário.....	135
	Cabimento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral	136
	Exame dos requisitos para a caracterização do ilícito.....	137
	Consequências do reconhecimento do ilícito	138
18	NOTA FINAL.....	145
	REFERÊNCIAS.....	147